



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

São Tomé e Príncipe

**POPULAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

- III Recenseamento Geral da População e da Habitação de 2001 -

Ano de Edição: 2003

CATALOGAÇÃO **R**ECOMENDADA

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

População de Crianças e Adolescentes em São Tomé e Príncipe, RGPH-2001. - São Tomé: INE, 2003, - 34 p.

Director-Geral

ALBANO GERMANO DE DEUS
Telefone: 00 239 221 982
E-mail: albano_ine@cstome.net

EDITOR

Instituto Nacional de Estatística,
Largo das Alfândegas, C. P. 256,
Telefone: 00 239 221 313
Fax: 00 239 221 982, São Tomé,
São Tomé e Príncipe

COMPOSIÇÃO

INE, Direcção de Estatísticas
Demográficas e Sociais,
Departamento de Censos e
Inquéritos

IMPRESSÃO

Gráfica de

ESCLARECIMENTO

HELDER SALVATERRA
Telefone: 00 239 223 590
E-mail: helder_ine@cstome.net

Equipa Técnica

Autor: ANGELO SOARES DE CEITA
Revisor: FREDERICO GUSTAVO DOS ANJOS
Informático: EUGÉRIO MONIZ

(ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO FNUAP E BUREAU
DO RECENSEAMENTO - EUA)

ÍNDICE

LISTA DAS TABELAS	4
LISTA DOS GRÁFICOS	5
INTRODUÇÃO	6
A. REPARTIÇÃO GLOBAL DA POPLUÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	8
1. REPARTIÇÃO POR SEXO, GRUPOS ETÁRIOS, IDADE ESCOLAR E DISTRITO	8
2. REPARTIÇÃO EM FUNÇÃO DO MEIO DE RESIDÊNCIA E DO SEXO	10
B. AMBIENTE FAMILIAR	11
1. TIPO E TAMANHO DAS FAMÍLIAS EM QUE VIVEM AS CRIANÇAS	11
a) Tamanho dos agregados santomenses	11
b) Tipo familiar dos agregados	13
2. CRIANÇAS ÓRFÃS NAS FAMÍLIAS	13
3. LAÇOS DE PARENTESCO DA CRIANÇA COM O CHEFE DE FAMÍLIA	15
4. IDADE E SEXO DO CHEFE DA FAMÍLIA	16
C. CONTEXTO SOCIO-ECONÓMICO E CULTURAL	18
1. OS ACTIVOS ASSALARIADOS NOS AGREGADOS	18
2. NÍVEIS DE CONFORTO DA POPULAÇÃO DOS AGREGADOS	19
a) Repartição Global	19
b) Repartição por número de crianças, meio de residência e sexo	19
3. NÍVEL DE INSTRUÇÃO E ESTADO CIVIL DOS CHEFES DE AGREGADOS	20
D. EDUCAÇÃO: FREQUÊNCIA E NÃO FREQUÊNCIA ESCOLAR	21
1. FREQUÊNCIA ESCOLAR DAS CRIANÇAS DOS 5-17 ANOS	21
2. CRIANÇAS DOS 6-17 ANOS FORA DO SISTEMA ESCOLAR	22
E. O TRABALHO DAS CRIANÇAS	23
1. SITUAÇÃO NO EMPREGO	23
2. NÚMERO DE HORAS DE TRABALHO	24
F. INCAPACIDADE FÍSICA OU MENTAL NAS CRIANÇAS	25
CONCLUSÃO	26
ANEXO	28

LISTA DAS TABELAS

- 1 Tabela A1.1 : Repartição percentual da população dos menores de 18 anos por grupo etário, idade e sexo
- 2 Tabela A1.2 : Repartição percentual da população de crianças de menos de 18 anos por idade e sexo, segundo os distritos
- 3 Tabela A2: Repartição percentual da população de crianças de menos de 18 anos por idade e sexo, segundo o meio de residência
- 4 Tabela B3 : Repartição (em %) da população dos agregados familiares com menos de 18 anos por sexo e idade, segundo a relação de parentesco com o chefe do agregado familiar
- 5 Tabela B4.1 : Repartição global (em %) da população dos agregados familiares com menos de 18 anos por grupos etários, segundo a idade e sexo do chefe do agregado familiar
- 6 Tabela C1: Repartição da população das crianças em função do número de activos assalariados
- 7 Tabela C3.1: Repartição (em %) da população dos menores de 18 anos por nível de instrução do chefe do agregado familiar (CAF) e consoante o número de crianças no agregado familiar (AF)
- 8 Tabela D2 : Repartição por sexo das crianças com 6-17 anos fora dos sistema escolar, segundo o nível de conforto e o tipo familiar dos agregados
- 9 Tabela E2 : Distribuição percentual da população dos agregados familiares com 10-17 anos, segundo o número de horas de trabalho na profissão principal e algumas características sócio-demográficas

LISTA DOS GRÁFICOS

- 1 Gráficos A1 (1 e 2) : Repartição global da população dos menores de 18 anos por sexo e por grupos etários
- 2 Gráficos A2 : Repartição global da população dos menores de 18 anos por sexo e por meio de residência
- 3 Gráfico B1-a.1 : Repartição percentual dos agregados em função do número de pessoas
- 4 Gráficos B1-a.2 / B1-a.3: Agregados e População (em %) consoante o número de crianças no agregado familiar (AF)
- 5 Gráficos B1 (a 4. e a 5)- Agregados por tamanho e respectiva população : repartição por meio de residência
- 6 Gráficos B1-b: Repartição (em %) dos menores de 18 anos por tipo de agregado familiar (AF) e por idade
- 7 Gráficos B2.1 / B2.2 : Repartição global (em %) dos menores de 18 anos segundo o estatuto de sobrevivência dos pais
- 8 Gráfico B3 : Relação de parentesco entre os menores de 18 anos e o chefe do agregado familiar
- 9 Gráfico B4: Repartição dos Chefes de Agregados segundo a idade
- 10 Gráficos C2-a1 / C2-a2 : Níveis de Conforto da população dos agregados - Repartição global e por meio de residência
- 11 Gráfico C3.1: Níveis de Instrução dos chefes de agregado familiar (CAF)
- 12 Gráfico C3.2 : Estado Civil dos chefes de agregado familiar (CAF)
- 13 Gráfico D1: Percentagem das crianças com 5-17 anos que frequentam ou que frequentaram a escola por grupos etários, sexo, meio de residência e distrito
- 14 Gráfico D2: Crianças de 6-17 anos fora do sistema escolar : repartição por sexo, níveis de conforto e tipo familiar do Agregado
- 15 Gráficos E2.1 / E2.2: Trabalho infantil : nº de horas de trabalho efectuadas por semana
- 16 Gráfico F1: Repartição global dos deficientes por grupos ou categorias
- 17 Gráfico F2: Principais tipos de deficiências

INTRODUÇÃO

O presente trabalho - elaborado com base nos dados do RGPH 2001 - é destinado à análise das principais características da população de crianças e adolescentes em São Tomé e Príncipe. Por população de crianças entendemos, no quadro deste trabalho, aquela cuja idade é inferior a 13 anos, enquanto que a população de adolescentes corresponde a de idade compreendida entre os 13-17 anos. Durante a análise privilegiaremos a divisão dos grupos etários quinquenais e/ou por grupos específicos (entre outros, idades escolares, menos de um ano, 1-4 anos), tendo em conta as mudanças rápidas das características nesta faixa etária, tais como a frequência escolar, o estado matrimonial e o estatuto de actividade. É também por causa das diferenças entre os sexos, de idades de entrada em união, do estatuto do casal e da idade de entrada no mercado de trabalho que os dados devem ser repartidos não somente por idade, mas também por sexo. As especificidades geográficas serão abordadas através das repartições por meio de residência e por distritos.

O estudo foi concebido em 6 grandes temas através dos quais se pretende apreender:

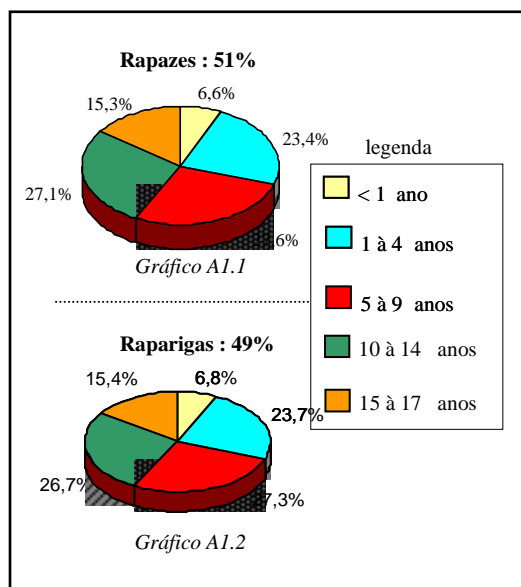
- as principais características demográficas da população de menores de 18 anos;
- o ambiente familiar, nomeadamente através do tipo e tamanho do agregado, bem como os laços de parentesco entre as crianças e o chefe do agregado;
- o contexto socio-económico e cultural, ou seja, as condições de vida das crianças nos agregados e, de uma maneira mais sucinta, alguns aspectos ligados a:
 - educação, ou mais precisamente frequência escolar;
 - crescente e problemática questão de trabalho infantil;
 - crianças portadoras de deficiências.

Os dados do RGPH 2001 atestam que em São Tomé e Príncipe as crianças com menos de 18 anos de idade representam mais de metade da população (55%). Para o país, esse facto traduz-se, em termos pragmáticos, em acrescidos problemas em matéria de protecção, de sobrevivência e de desenvolvimento das crianças em particular, que são as principais vítimas dos grandes problemas sóciais e económicos duma nação. Importa, por isso, conhecer e aprofundar as principais questões relacionadas com as características e as condições de existência das crianças - principal objectivo do presente trabalho –, o que poderá constituir um contributo importante para a avaliação da aplicação dos princípios da *Convenção dos Direitos da Criança*, ratificado em 1991 pelo Estado santomense.

A. REPARTIÇÃO GLOBAL DA POPLUÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

1. REPARTIÇÃO POR SEXO, GRUPOS ETÁRIOS, IDADE ESCOLAR E DISTRITO

Gráficos A1 (1 e 2) : Repartição global da população dos menores de 18 anos por sexo e grupos etários



Nos dois gráficos, A1.1 e A1.2, observa-se nomeadamente que a maioria (cerca de 54%) dos menores santomenses tem a idade compreendida entre 5 e 14 anos; as crianças mais novas (menos de 1 ano) e as mais velhas (15-17 anos) representam respectivamente 7% e 15%.

Globalmente os rapazes são ligeiramente mais numerosos (51%)

No RGPH 2001 a população de crianças e adolescentes (neste caso, os menores de 18 anos) em STP era de 68.293 indivíduos ou seja um pouco mais de metade (55 %) da população total.

No que toca à idade escolar (segunda parte da tabela A1.1) constata-se que as crianças de idade de escolaridade obrigatória, ou seja o grupo dos 6-12 anos, são mais numerosas e representam um pouco mais de um terço (38,8%) da população total de crianças; neste grupo os rapazes têm um peso ligeiramente maior que as raparigas (39,1 contra 38,5%). Entretanto o equilíbrio se restabelece no grupo seguinte (13-17 anos: 25,7% do efectivo).

Tabela A1.1 : Repartição percentual da população dos menores de 18 anos por grupo etário, idade e sexo

Sexo	Grupos etários					Total	Grupo de idades escolar		
	< 1	1-4	5-9	10-14	15-17		3-5	6-12	13-17
Global	6,7	23,6	27,5	26,9	15,4	100	17,4	38,8	25,6
Rapazes	6,6	23,4	27,6	27,1	15,3	100	17,4	39,1	25,5
Raparigas	6,8	23,7	27,3	26,7	15,4	100	17,4	38,5	25,7

Mas seja como for esta repartição é relativamente diferente nalguns distritos (tabela A1.2); com efeito observa-se que:

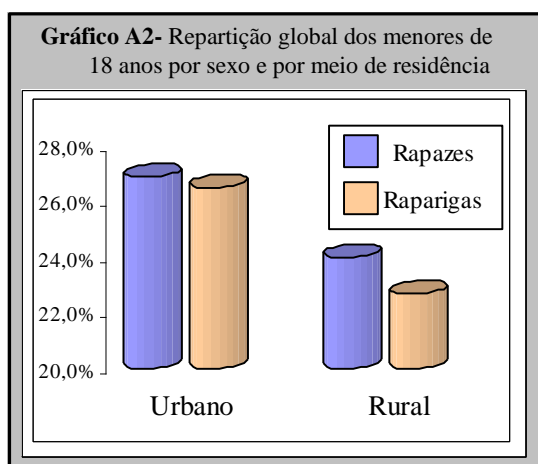
Tabela A1.2 : Repartição percentual da população de crianças de menos de 18 anos por idade e sexo, segundo os distritos

G. etário	Água-Grande		Mé-Zóchi		Cantagalo		Caué		Lembá		Lobata		Príncipe	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
< 1	6,6	6,8	6,6	6,6	6	6,7	5,4	6,3	7,1	6,5	6,9	7,6	6,4	7,3
1 - 4	22,8	22,4	22,3	23,1	25,2	25,8	27,7	25,5	24,3	27,9	23,2	24,5	25,1	23,3
5 - 9	27,2	25,6	28,1	28,7	27	27,8	29,7	29,4	27,8	28,4	27,3	27,8	26,8	27,6
10 - 14	27,1	27,6	27,6	26,9	27,5	26	25	25,6	25,4	24,4	28,2	27	26,4	25,3
15 - 17	16,2	17,7	15,3	14,8	14,3	13,6	12,3	13,2	15,5	12,9	14,3	13,1	15,3	16,6

- nos distritos de Mé-Zóchi, Cantagalo e, sobretudo, Lembá e Lobata a percentagem de raparigas na faixa dos 15-17 anos é inferior à dos rapazes, contrariamente ao que se observa ao nível nacional e muito particularmente no distrito de Água-Grande (17,7% de raparigas contra 16,2% de rapazes).
- o distrito de Caué apresenta a dupla particularidade, de possuir para ambos os sexos:
 - as mais baixas percentagens de crianças nas duas faixas etárias extremas (< 1 ano e 15-17 anos).
 - as maiores proporções de crianças do grupo etário dos 10-14 anos
- os distritos de Lembá e Caué são os que apresentam maiores proporções de crianças de idades compreendidas entre 1 e 9 anos
- por sua vez os distritos de Mé-Zóchi e Lobata possuem as maiores percentagens de grupos de crianças de 5 e 14 anos, considerados como os mais representativos das idades das crianças santomenses.

2 REPARTIÇÃO EM FUNÇÃO DO MEIO DE RESIDÊNCIA E DO SEXO

Repartição Global



A maioria das crianças e adolescentes santomenses vive no meio urbano (53%), onde a percentagem dos rapazes e das raparigas são quase idênticas: 26,9% e 26,5% respectivamente. Tal já não é o caso no meio rural onde se regista uma proporção ligeiramente superior de menores do sexo masculino em relação ao feminino: 24% contra 22,7%

Tratando-se da repartição por grupos etários, os dados da tabela A2 revelam que existem variações notórias em função do sexo e do meio de residência.

Tabela A2: Repartição percentual da população de crianças de menos de 18 anos por idade e sexo, segundo o meio de residência

Idade	Total		Meio urbano		Meio rural	
	Rapazes	Raparigas	Rapazes	Raparigas	Rapazes	Raparigas
0	6,6	6,8	6,6	6,7	6,6	6,9
1 - 4	23,4	23,7	23,5	22,9	23,3	24,7
5-9	27,6	27,3	27,2	26,5	28	28,3
10-14	27,1	26,7	27	27,2	27,3	26,2
15-17	15,3	15,4	15,8	16,7	14,7	13,8
<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>
Grupos de Idades Escolar						
3-5	17,4	17,4	17,6	16,5	17,2	18,4
6-12	39,1	38,5	38,3	37,8	40	39,3
13-17	25,5	25,7	26,2	27,7	24,7	23,4
Total de pessoas	34.726	33.567	18.346	18.085	16.380	15.482

Observa-se com efeito, que:

- em todos os grupos etários (salvo no dos 5-9 anos) as crianças e adolescentes do sexo feminino são relativamente mais numerosas no meio urbano do que no meio rural
- as raparigas de idade compreendida entre 1 e 9 anos, ao contrário, são proporcionalmente mais numerosas no meio rural do que no meio urbano: 53% contra 49,3%; nota-se do mesmo modo que as crianças deste grupo etário são a maioria no meio rural em

relação ao urbano (52%): 50,1%).

- Em relação à idade escolar, regista-se, de novo no meio urbano, uma maior percentagem de adolescentes (13 – 17 anos) do sexo feminino em relação ao masculino (27,7% contra 26,2%).

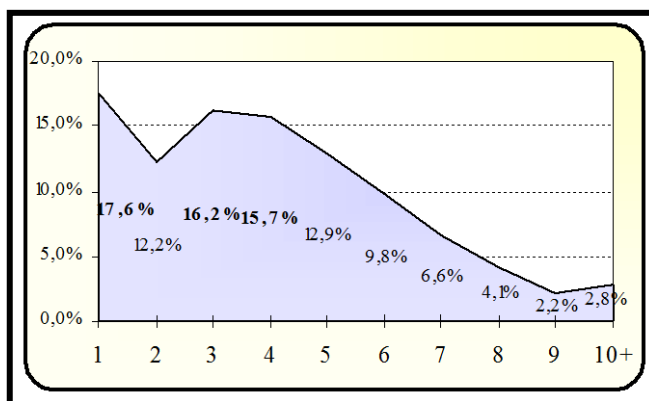
B. AMBIENTE FAMILIAR

Como em todos os países do mundo a família santomense constitui o núcleo de base da sociedade; o seu tamanho, as suas possibilidades económicas e financeiras, o relacionamento interno no lar, os laços de parentesco, etc., intervêm de maneira decisiva na vida afectiva, no bem estar e na construção da identidade das crianças. O RGPH 2001, à este respeito, revela os seguinte factos:

1. TIPO E TAMANHO DAS FAMÍLIAS EM QUE VIVEM AS CRIANÇAS

a) Tamanho dos agregados santomenses

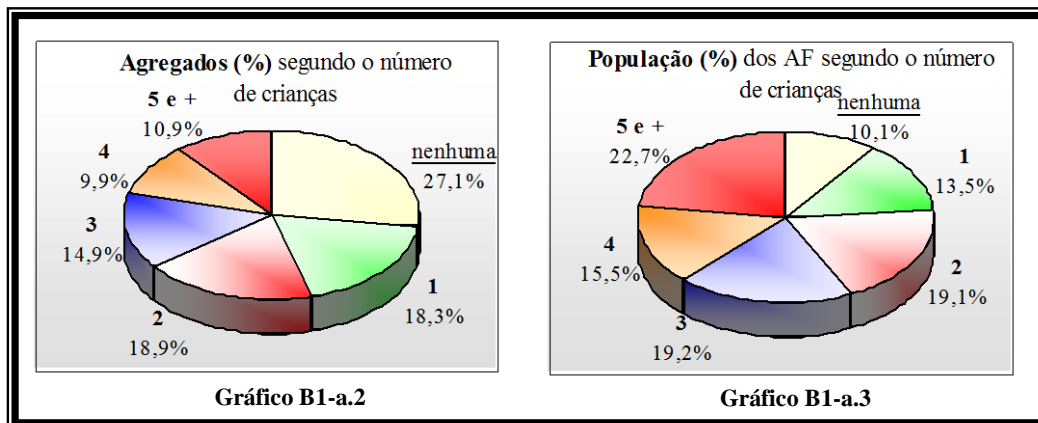
Gráfico B1-a.1 : Repartição percentual dos agregados em função do número de pessoas



Os agregados mais representativos das famílias santomenses são os em que vivem 1, 3 e 4 pessoas (49,5%) e opõem-se aos agregados de famílias numerosas em particular os de 8, 9 e 10 ou mais pessoas (9,1%)

Em relação ao número de crianças nas famílias, destaca-se no gráfico B1-a.2 que 27% dos agregados santomenses (10% da população) não têm crianças com menos de 18 anos. Os agregados mais frequentes são os que possuem 1 ou 2 menores e agregam 38,3% da população (gráfico B1-a.3); no total as famílias em que vivem de 1 à 3 crianças de menos de de 18 anos englobam 51,8% da população dos agregados familiares do país.

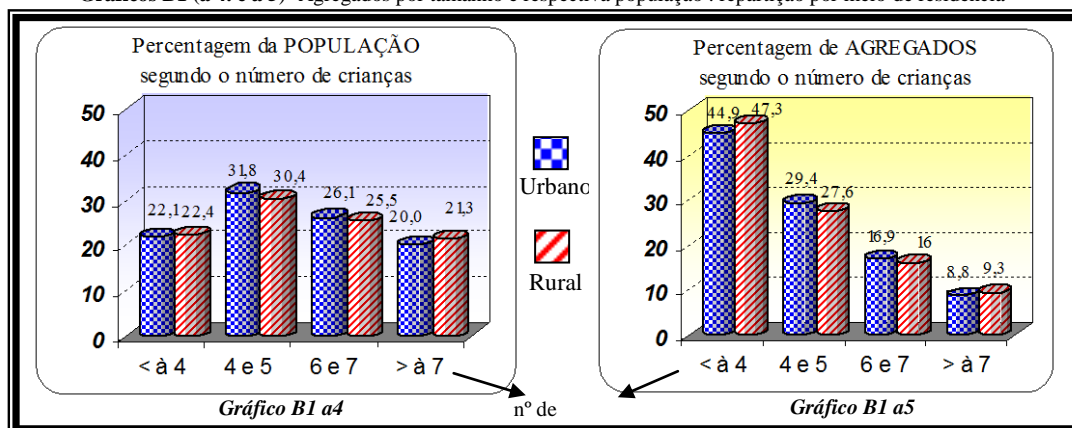
Gráficos B1-a.2 / B1-a.3: Agregados e População (em %) consoante o número de crianças no AF



Quanto a famílias numerosas, ou seja, as que possuem maior número de crianças e adolescentes (5 ou mais) elas representam 11% dos agregados e 22,7% da população. (Mais detalhes na tabela B1-a.1 em anexo A1)

As representações gráficas que se seguem (gráficos B1-a.4 e B1-a.5), confirmam os factos observados e, por outro lado, revelam que os tamanhos dos agregados diferem do meio urbano para o meio rural; neste último existe uma maior proporção de agregados de tamanhos extremos, ou seja, por um lado, as famílias de mais de 7 pessoas (9,3% contra 8,8% no urbano) e, por outro, as famílias de menos de 4 pessoas (47,3% contra 44,9% no meio urbano). Estes dois tipos de agregados apresentam a particularidade de englobarem sensivelmente a mesma percentagem da população (cerca de 21%) nos dois meios de residência (tabela B1-a.2 no Anexo A2)

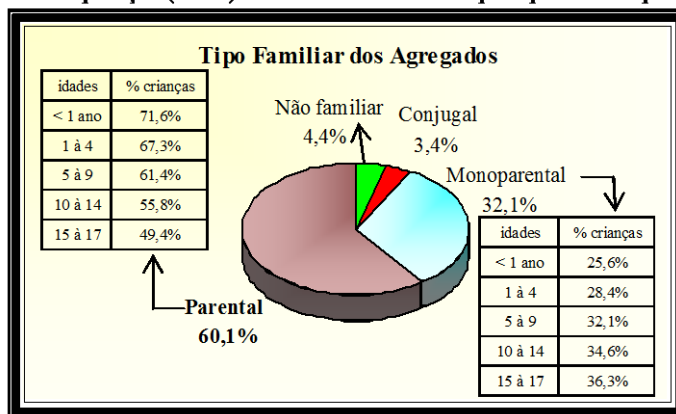
Gráficos B1 (a 4. e a 5)- Agregados por tamanho e respectiva população : repartição por meio de residência



b) Tipo familiar dos agregados

Em São Tomé e Príncipe 3 crianças sobre 5 (60,1%) vivem em agregados familiares do *tipo Parental*; neste tipo de agregado os efectivos das crianças são inversamente proporcionais às idades: 67% dos menores de 1 à 4 anos e sobretudo 71% das crianças de menos de 1 ano pertencem a este tipo de agregado (gráfico B1-b); o inverso se observa nos agregados do tipo *Monoparental* (32%) que se caracterizam por uma maior presença de crianças mais velhas: em média 35% dos de 10 – 17 anos contra 27% dos mais novos.

Gráfico B1-b: Repartição (em %) dos menores de 18 anos por tipo de AF e por idade



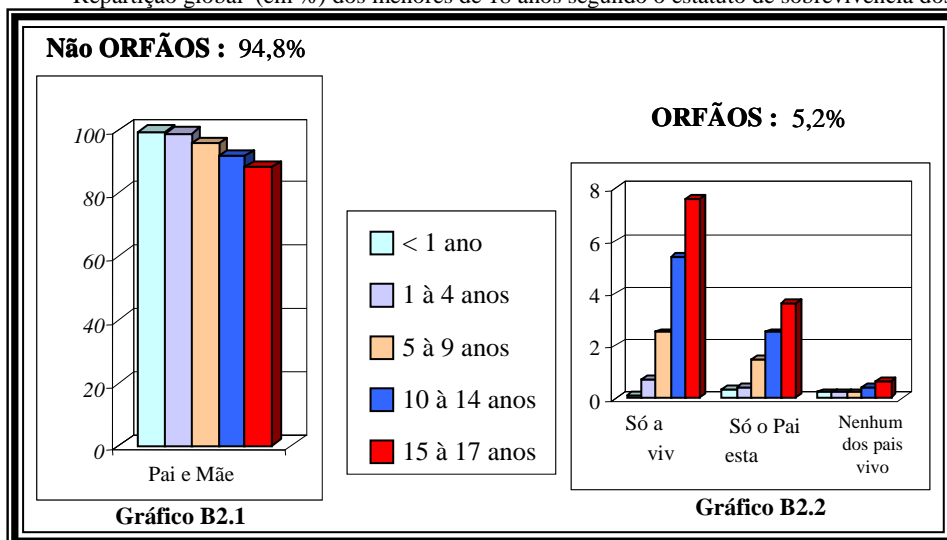
Os agregados do tipo *Conjugal* (3,4%) e *Não familiar* (4,4%) são pouco representativos e neles os efectivos das crianças variam numa relação directamente proporcional às idades. Quanto ao sexo das crianças este não parece constituir um discriminante importante na repartição que acabamos de analisar (tabela B1-b em anexo A3).

2. CRIANÇAS ÓRFÃS NAS FAMÍLIAS

Um pouco mais de 9 crianças e adolescentes santomenses sobre 10 (94,6%) vivem com ambos os progenitores (pai e mãe); esta percentagem ainda é mais elevada para as crianças mais novas (99%) e, como se pode observar no gráfico B2.1, as proporções decrescem gradualmente a medida que se avança nos escalões das idades.

Gráficos B2.1 / B2.2

Repartição global (em %) dos menores de 18 anos segundo o estatuto de sobrevivência dos pais



As crianças órfãs constituem finalmente 5,2% da população dos menores de 18 anos (gráfico B2.2); entretanto, de uma maneira geral, a situação de orfandade concerne sobretudo as crianças mais idosas e em particular quando se trata de órfãos de pai. Com efeito, se ao nível nacional 3,3% das crianças só têm como sobrevivente a mãe, este mesmo facto afecta 7,6% das crianças mais velhas (15-17 anos) e apenas 0,1% daquelas de menos de 1 ano de idade. Os órfãos de mãe e pai (0,3%) são muito pouco representativos.

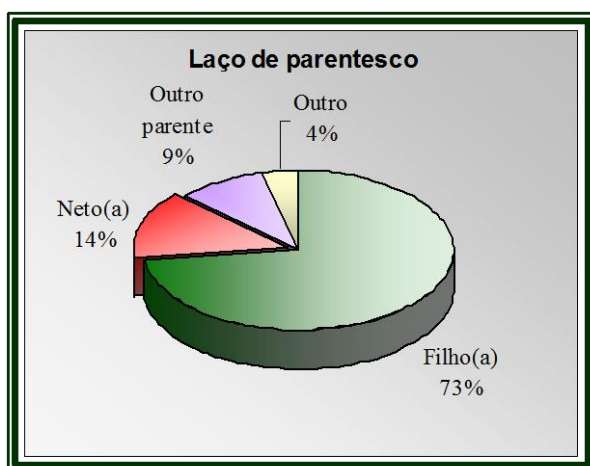
Em relação à repartição por sexo (tabela B2 em anexo A4), globalmente não parece existir diferenças significativas entre rapazes e raparigas no que toca o estatuto de sobrevivência dos pais; todavia torna-se necessário salientar que para as raparigas a percentagem de mães sobreviventes (3,9%) é relativamente superior à média.

3. LAÇOS DE PARENTESCO DA CRIANÇA COM O CHEFE DE FAMÍLIA

Os laços de parentesco, estabelecidos através da consanguinidade ou de uma união, concorrem directamente para o fortalecimento das relações e para a construção da identidade; esse facto em si revela-se de extrema importância na maioria das esferas da vida de um indivíduo, e das crianças em particular.

Repartição Global

Gráfico B3 : Relação de parentesco entre os menores de 18 anos e o chefe do agregado familiar



Em São Tomé e Príncipe os menores presentes nas famílias são, na maioria, filhos(as) (73%) ou parentes muito próximos do chefe do agregado (gráfico B3). Os dados analisados revelam que apenas cerca de 4% das crianças não têm laços de parentesco directos com os chefes dos agregados.

Mas esta repartição varia consoante o sexo e as idades das crianças (tabela B3)

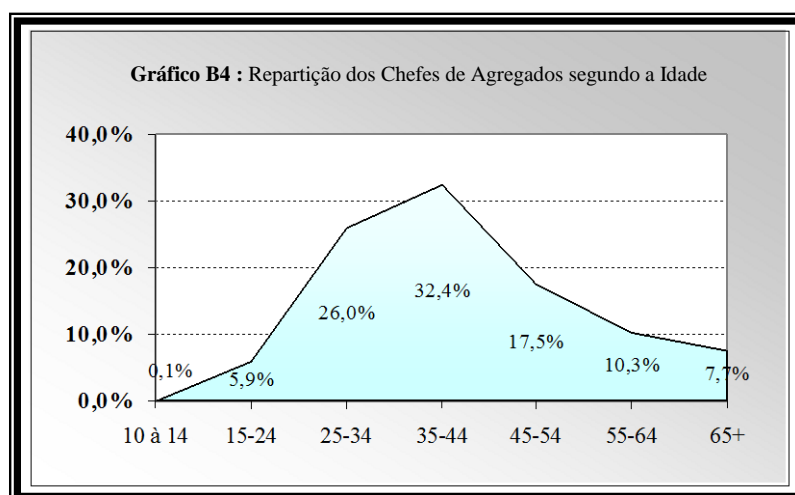
Verifica-se assim que as proporções das raparigas - filhas (71,9%) e netas (13,2%) do chefe do agregado - são inferiores às dos rapazes do mesmo grau de parentesco com o CAF; ao contrário, nos outros tipos de relação com o CAF, as raparigas são proporcionalmente mais numerosas. No que toca à idade, constata-se (para ambos os sexos) que quanto mais idosas são as crianças, menores são as percentagens de filhos(as) e netos(as) vivendo nos agregados, enquanto nos outros tipos de relação com o CAF regista-se precisamente o inverso.

Tabela B3 : Repartição (em %) da população dos agregados familiares com menos de 18 anos por sexo e idade, segundo a relação de parentesco com o chefe do agregado familiar

	Idade	Filho(a)	Neto(a)	Outro parente	Outro
Rapazes	< 1 ano	79,9	16,1	3,2	0,9
	1 à 4 anos	78,2	15,4	4,7	1,7
	5 à 9 anos	75,1	15	7	2,9
	10 à 14 anos	70,8	14,1	10,8	4,2
	15 à 17 anos	67,2	11,5	14,8	5,6
	Média	74,2	14,4	8,1	3,1
Raparigas	< 1 ano	79,4	15	4,4	1,1
	1 à 4 anos	78,3	15	5	1,8
	5 à 9 anos	73,7	14,6	8,1	3,6
	10 à 14 anos	68,5	12,1	13	6,3
	15 à 17 anos	59,4	9,3	22,6	8,1
	Média	71,9	13,2	10,6	4,2

4. IDADE E SEXO DO CHEFE DA FAMÍLIA

A maioria dos chefes de agregados tem a idade compreendida entre os 25 e 44 anos, sendo 32,4% pertencentes à faixa etária dos 35-44 e 26% à faixa dos 25-34 anos (gráfico B4). É nesta última faixa etária, bem como na dos 15-24 anos que a percentagem de chefes de família do sexo feminino é superior à do sexo masculino (tabela B4)



Os chefes de agregados mais idosos (65 anos e mais) representam 7,7% do efectivo e os mais jovens (15-24) 5,9%. Embora em proporção muito reduzida (0,11%), importa salientar a presença de chefes de famílias com idades inferiores à 15 anos.

Quanto aos dados da tabela B4.1 que segue, eles sugerem a existência de uma relação directa entre a idade do chefe de agregado e dos menores presentes na família : quanto

mais velho é o chefe do agregado, maior é a percentagem de crianças mais crescidas, verificando-se o inverso para o chefe de família mais jovem.

Tabela B4.1 : Repartição global (em %) da população dos agregados familiares com menos de 18 anos por grupos etários, segundo a idade e sexo do chefe do agregado familiar

Crianças por grupo etário	Idades dos chefes de Agregado							SEXO		
	10 - 14	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65+	g. etário	Masc.	Femin.
< 1 ano	0,04%	18,0%	39,0%	22,9%	9,4%	6,2%	4,6%	< 1	73,4%	26,6%
1 à 4 anos	0,1%	10,1%	39,7%	25,8%	11,5%	7,7%	5,2%	1 à 4	70,8%	29,2%
5 à 9 anos	0,1%	2,3%	30,7%	34,1%	16,3%	9,6%	7,0%	5 à 9	65,8%	34,2%
10 à 14 anos	0,2%	1,9%	16,2%	38,4%	21,6%	12,2%	9,4%	10 à 14	61,9%	38,1%
15 à 17 anos	0,1%	7,7%	8,4%	33,2%	25,4%	14,3%	10,8%	15 à 17	60,6%	39,4%
								Global	65,6%	34,4%

No que diz respeito ao sexo – segunda parte da tabela - destaca-se que a maioria (65,6%) dos chefes de agregado é do sexo masculino, facto que aparece com maior realce no grupo das crianças de menos de 5 anos (mais de 70%). Mais detalhes na tabela B4.2 em Anexo 5

C. CONTEXTO SOCIO-ECONÓMICO E CULTURAL

As condições sócio-económicas dos agregados são elementos determinantes do bem estar e do desenvolvimento geral das crianças ; no que toca a escolaridade, por exemplo, parece estar bem patente que as capacidades económicas e financeiras do agregado, constituem factores decisivos para a frequência e o sucesso escolar das crianças.

1. OS ACTIVOS ASSALARIADOS NOS AGREGADOS

Cerca de uma criança sobre duas (49,2%) vive em agregados sem assalariados; a baixa percentagem de crianças (3,9%) sugere que os agregados onde existem 3 ou mais assalariados são raros, contrariamente aos de 1 assalariado (35,1%) : (tabela C1, 1ª parte).

Tabela C1: Repartição da população das crianças em função do nº de activos assalariados

1º parte		Activos assalariados					
		Nenhum	1	2	3	4	5+
	Global	49,2%	35,1%	11,8%	3,0%	0,8%	0,2%
		50,8%				3,9%	
2º parte	Nº de Crianças	Nenhum	1	2	3	4	5+
	1	51,6%	37,1%	9,3%	1,6%	0,3%	0,0%
	2	50,5%	36,9%	10,3%	1,8%	0,4%	0,1%
	3	49,6%	35,3%	12,0%	2,5%	0,5%	0,2%
	4	48,2%	35,2%	12,7%	3,0%	0,8%	0,1%
	5+	48,1%	33,2%	12,6%	4,4%	1,3%	0,5%

Em relação ao número de crianças no agregado (2ª parte da tabela C1) observa-se que:

- para as modalidades *nenhum e 1 assalariado* as percentagens de crianças são mais elevadas e variam no sentido inverso do tamanho das famílias;
- ao contrário, para as outras modalidades (que representam maiores números de activos) as percentagens variam numa relação directa ao numero de crianças no agregado; entretanto os valores percentuais são muito baixos, confirmando assim a pouca representatividade dos agregados de mais de 2 assalariados.

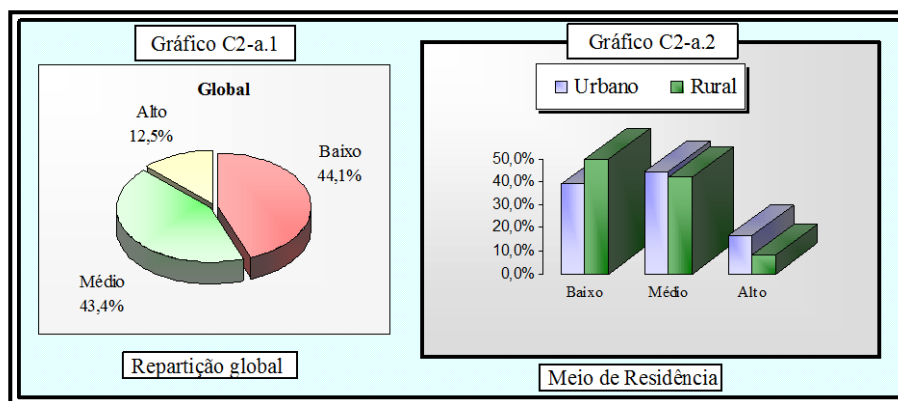
2. NÍVEIS DE CONFORTO DA POPULAÇÃO DOS AGREGADOS

a) Repartição Global

De acordo com os dados dos gráficos C2-a.1 e C2-a.2, a grande maioria (mais de 87%) da população dos agregados com menores de 18 anos vive com *níveis de conforto médio e baixo*; entretanto existe uma diferença bem patente entre o meio rural e urbano: assim, por exemplo, se globalmente apenas 12,5% da população tem um *nível de conforto alto*, esta percentagem é mais elevada no meio urbano (16,3%), registando-se o inverso no meio rural (8,1%). E, logicamente, é no meio rural onde se regista a maior proporção de famílias com *nível de conforto baixo*. Esse facto observa-se ainda mais detalhadamente na tabela C2 (em anexo 6), que apresenta os dados por sexo, por número de crianças no agregado e por meio de residência.

Gráficos C2-a1 / C2-a2

Níveis de Conforto da população dos agregados - Repartição global e por meio de residência

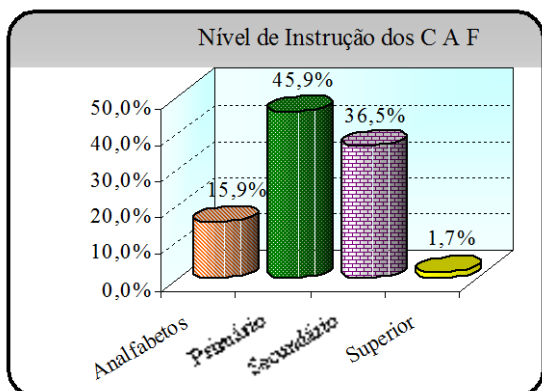


b) Repartição por número de crianças, meio de residência e sexo

Os dados da referida tabela C2, sugerem que os níveis de conforto (baixo e alto) variam em sentido contrário e numa relação inversamente proporcional ao número de crianças no agregado. Verifica-se, com efeito, que ao nível nacional, os agregados com menor número de crianças são os mais abrangidos pelo nível de conforto baixo, enquanto que o nível alto e médio concernem, sobretudo, às famílias de maior número de crianças; esta última situação aparece com maior vinco no meio urbano, registando-se o inverso no meio rural; globalmente a repartição não apresenta globalmente, variações significativas ligadas ao sexo.

3. NÍVEL DE INSTRUÇÃO E ESTADO CIVIL DOS CHEFES DE AGREGADOS

Gráfico C3.1: Níveis de Instrução dos CAF



Existe uma maioria significativa de crianças nos agregados cujo chefe tem o nível de instrução primária (45,9%) e secundária (36,5%), o que de certo modo leva a concluir que a taxa de alfabetização do país é relativamente alta (superior à 80%).

Os CAF analfabetos (15,9%) e sobretudo os de nível de formação superior (1,7%) são largamente minoritários.

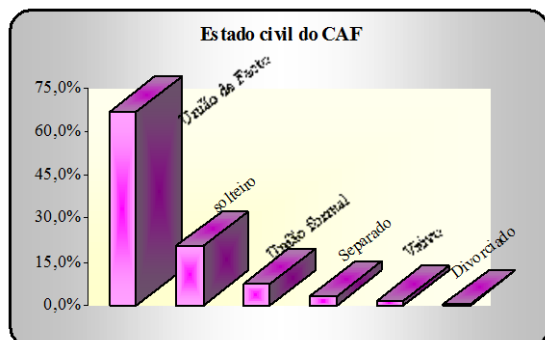
A repartição é globalmente a mesma nas famílias de pouca ou muita crianças (tabela C3.1), não obstante o facto de se observar, em relação à média, maiores percentagens de CAF:

- analfabetos (18,2%) e de nível primário (52,1%) nos agregados de 5 ou mais crianças;
- e de nível secundário e superior nos agregados de 1 e 2 crianças; de uma maneira geral nestes dois níveis de instrução os valores percentuais variam no sentido inverso ao número de crianças no agregado.

Tabela C3.1: Repartição (em %) da população dos menores de 18 anos por nível de instrução do CAF e consoante o número de crianças no AF

n.º de Crianças	Níveis de Instrução dos C A F			
	Analfabetos	Primário	Secundário	Superior
1	17,8%	39,6%	40,4%	2,2%
2	14,1%	41,5%	42,2%	2,2%
3	14,8%	42,7%	40,5%	2,1%
4	14,4%	46,8%	37,1%	1,7%
5+	18,2%	52,1%	28,7%	1,0%

Gráfico C3.2: Estado Civil dos CAF



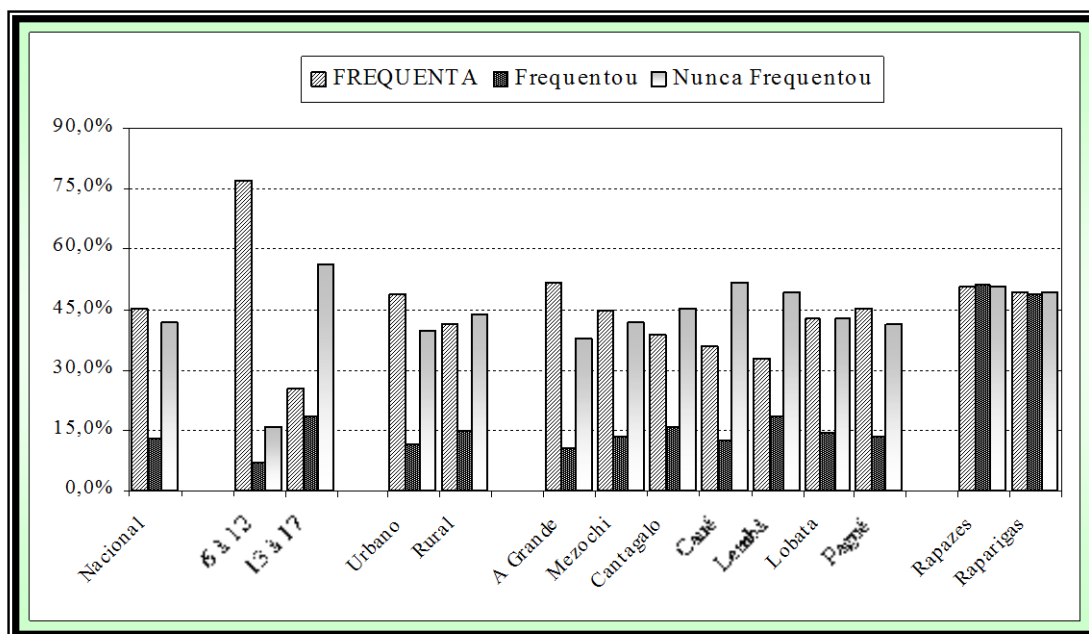
No que toca ao estado civil dos CAF em São Tomé e Príncipe, a *união de facto* (64,1%) é a situação mais corrente, em particular das famílias numerosas (70%): (tabela C3.2 em anexo A7); ao contrário, os CAF *solteiros* (20%) aparecem sobretudo nas famílias de tamanho reduzido. As 4 outras modalidades do estado civil aparecem em proporções relativamente insignificantes.

D. EDUCAÇÃO: FREQUÊNCIA E NÃO FREQUÊNCIA ESCOLAR

1. FREQUÊNCIA ESCOLAR DAS CRIANÇAS DOS 5-17 ANOS

No que se refere a frequência escolar das crianças dos 5-17 anos, a representação gráfica que se segue (gráfico D1) põe primeiramente em destaque a existência de uma baixa taxa (45,1%) em São Tomé e Príncipe; esta percentagem é quase idêntica à da não frequência escolar (41%). Nota-se, todavia, que para as crianças dos 6-12 anos a proporção é nitidamente mais elevada (77%), sucedendo o inverso com o grupo dos 13-17 (25,3%); logicamente é nesta última faixa etária que se regista a maior taxa de não frequência escolar (56,2%), bem como a de abandono escolar (18,4%) cuja média nacional é de 13,1%.

Gráfico D1: Percentagem das crianças com 5-17 anos que frequentam ou que frequentaram a escola por grupos etário, sexo, meio de residência e distrito



Em relação ao local de residência regista-se entre o urbano e o rural uma diferença de 7,6 pontos percentuais a favor do primeiro citado que, por conseguinte, apresenta menores proporções de não frequência (39,9%) e de abandono escolar (11,4%); tal é também o caso nos distritos de Mé-Zóchi e, sobretudo, no de Água-Grande em oposição aos distritos de Lembá e Caué para os quais se verifica as mais baixas taxas de frequência escolar : 32,7% e 35,7% respectivamente.

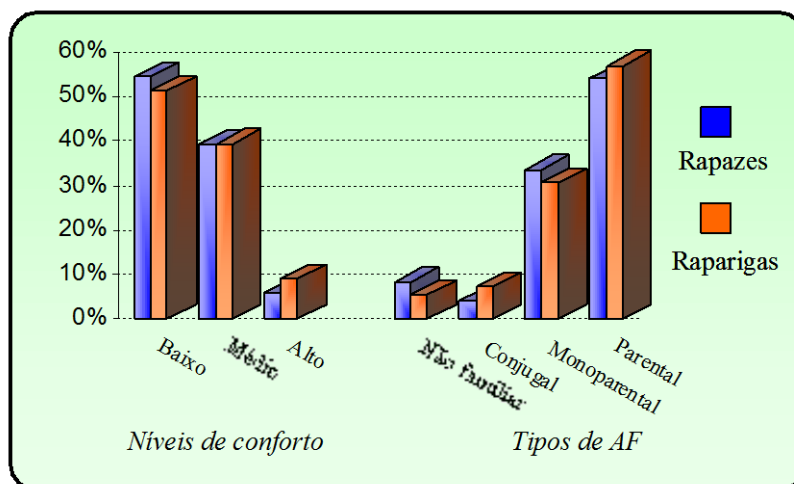
Ainda sobre a frequência ou não frequência escolar, tudo indica que não existem diferenças relativas ao sexo, como se pode constatar à partir dos seguintes dados:

	frequenta	frequentou	não frequenta
Rapazes	50,8%	51,1%	50,8%
Raparigas	49,2%	48,9%	49,2%

2. CRIANÇAS DOS 6-17 ANOS FORA DOS SISTEMA ESCOLAR

Os menores santomenses dos 6-17 anos fora do sistema escolar representam 32% da população de crianças deste grupo etário que engloba 64,4% das crianças de menos de 18 anos do país.

Gráfico D2: Crianças de 6-17 anos fora do sistema escolar : repartição por sexo, níveis de conforto e tipo familiar do Agregado



Encontram-se nesta situação, sobretudo, os rapazes (51,3%) pertencentes aos agregados familiar do tipo monoparental (32%) e parental (55,5%) e muito particularmente aqueles que vivem em agregados de nível de conforto baixo (53,2%), como se pode observar no gráfico D2 e na tabela D2 que segue.

Tabela D2 : Repartição por sexo das crianças com 6-17 anos fora dos sistema escolar Segundo o nível de conforto e o tipo familiar dos agregados

	Nível de conforto			Tipo Familiar do Agregado			
	Baixo	Médio	Alto	Não familiar	Conjugal	Monoparental	Parental
Rapazes	52,8%	51,2%	40,8%	62,6%	37,2%	53,6%	49,9%
Raparigas	47,2%	48,8%	59,2%	37,4%	62,8%	46,4%	50,1%

Em contrapartida nos agregados familiar do tipo parental e conjugal, bem como nos de nível de conforto alto, são sobretudo as raparigas que se encontram fora do sistema escolar.

E. O TRABALHO DAS CRIANÇAS

O trabalho das crianças é considerado pela Organização Internacional de Trabalho (OIT) como um problema social sério, na medida em que põe em perigo, não só a saúde como também a educação, segurança e dignidade da criança.

1- SITUAÇÃO NO EMPREGO

O RGPH 2001 revela que o trabalho infantil abrange 8,3% da população de menores de idades compreendidas entre 10-17 anos. Trata-se particularmente de rapazes (75,4%) dos 15-17 anos (78,3%), trabalhando por conta de outrem no meio urbano (61,1%). Cerca de 27% da crianças que trabalham fazem-no por conta própria e, neste caso, não se registam diferenças notórias relativas ao sexo, idade e meio de residência; em contrapartida o trabalho familiar não remunerado apresenta-se mais como uma prática das raparigas e dos menores de 10-14 anos do meio rural.

Tabela E1 : Distribuição percentual da população dos agregados familiares com 10-17 anos, segundo a situação na profissão e algumas características sócio-demográficas

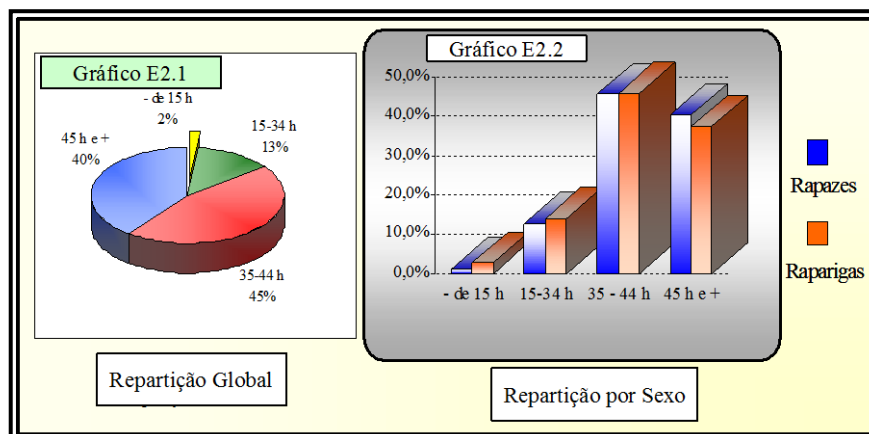
		Esta à trabalhar		Situação na profissão				
				Conta de outrem	Empregador	Conta própria	Familiar não remun.	Outra
Sexo	Rapazes	1.798	75,4%	57,3	0,6	27,4	12,9	1,8
	Raparigas	586	24,6%	47,4	0,2	29,5	20,6	2,2
Idade	10 à 14	518	21,7%	44,4	0,2	25,7	27,2	2,5
	15 à 17	1.866	78,3%	57,8	0,5	28,6	11,4	1,8
Meio	Urbano	1.125	47,2%	61,6	0,4	27	8,4	2,6
	Rural	1.259	52,8%	48,8	0,5	28,8	20,6	1,4
Nível de conforto	Baixo	1.271	53,3%	52,3	0,6	33	12,4	1,7
	Médio	932	39,1%	56,3	0,3	23,5	17,7	2,1
	Alto	181	7,6%	65,2	0,6	14,9	16,6	2,8
Tipo familiar do agregado	Não familiar	324	13,6%	59,3	1,2	30,9	7,4	1,2
	Conjugal	127	5,3%	47,2	1,6	31,5	18,9	0,8
	Monoparental	797	33,4%	60,7	0,3	24	12,8	2,3
	Parental	1.136	47,7%	50,4	0,3	29,5	17,9	2

Salienta-se também o facto que as crianças mais ligadas ao mundo do trabalho são sobretudo as que vivem nos agregados de *nível de conforto baixo* (53,3%) e do *tipo familiar parental* (47,7%).

2- NÚMERO DE HORAS DE TRABALHO

As crianças santomenses, na sua grande maioria (85,3%), executam semanalmente mais de 35 horas de trabalho, sendo 40% as que praticam mais de 45 horas (gráfico E2.1). Se globalmente o facto concerne, sem diferenças importantes, a rapazes e raparigas, observa-se todavia uma nítida tendência das percentagens das raparigas serem ligeiramente superiores à dos rapazes relativamente ao tempo de trabalho inferior a 35 horas (gráfico E2.2).

Gráficos E2.1 / E2.2: Trabalho infantil : nº de horas de trabalho efectuadas por semana



E o mesmo sucede, por um lado, com as crianças mais novas em relação às mais velhas e, por outro, com o meio rural em relação ao urbano; neste último 49,2% (quase metade) das crianças que trabalham efectuam semanalmente mais de 45 horas de trabalho (tabela E2).

As progressões inversas dos valores percentuais relativas aos *nível de conforto dos agregados*, sugerem que quanto *maior for este último menor é o número de horas de trabalho* efectuadas pelas crianças que ali vivem.

Quanto ao tipo familiar do agregado, este não parece constituir um discriminante muito pertinente no tempo de trabalho infantil.

Tabela E2 : Distribuição percentual da população dos agregados familiares com 10-17 anos, segundo o número de horas de trabalho na profissão principal e algumas características sócio-demográficas

		Número de Horas de trabalho						Número de Horas de trabalho			
		<15	15-34	35-44	45+			<15	15-34	35-44	45+
Idade	10 à 14	2,9%	16,2%	43,2%	37,6%	Meio	Urbano	0,8%	6,4%	43,6%	49,2%
	15 à 17	1,3%	12,2%	46,2%	40,2%		Rural	2,4%	19,1%	47,4%	31,1%
Nível De conforto	Baixo	1,5%	12,8%	43,4%	42,3%	Tipo familiar do agregado	Não familiar	0,0%	12,3%	46,6%	41,0%
	Médio	1,5%	13,2%	47,7%	37,6%		Conjugal	4,7%	16,5%	40,9%	37,8%
	Alto	3,3%	14,4%	49,7%	32,6%		Monoparental	1,8%	11,2%	45,4%	41,7%
							Parental	1,7%	14,3%	46,0%	38,1%

F. INCAPACIDADE FÍSICA OU MENTAL NAS CRIANÇAS

(população alvo : crianças da faixa etária dos 10 – 17 anos)

Em São Tomé e Príncipe não existe actualmente legislações específicas nem instituições que se ocupam de crianças portadoras de deficiências, facto que torna ainda mais difícil e vulnerável a situação destas crianças perante os riscos de vida e as grandes dificuldades e carências actuais do País.

No RGPH 2001 foram recenseadas, no grupo etário dos 10-17 anos, 538 crianças (2% da população desta faixa de idade) portadoras de deficiências. Verifica-se que existe um maior número de deficientes no grupo de crianças dos 10-14 anos (61%), do sexo masculino (54%), do meio urbano (57%) vivendo em agregados do tipo parental (52%) de nível de conforto médio (44%) e baixo (43%). (gráfico F1, a seguir)

Gráfico F1: Repartição global dos deficientes por grupos ou categorias

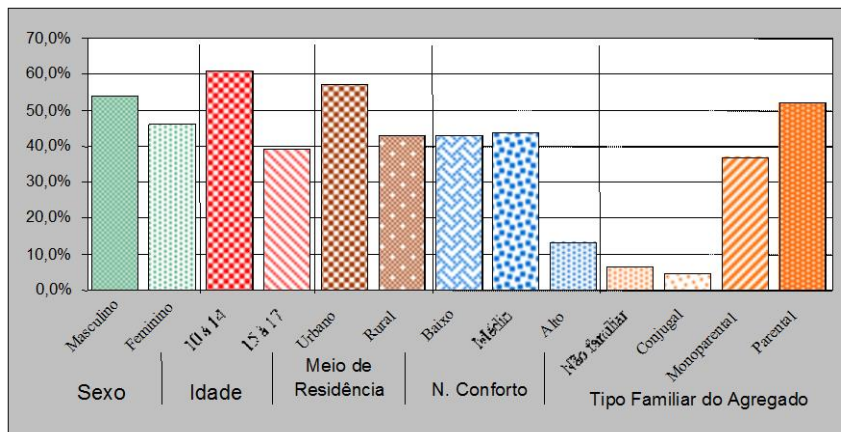
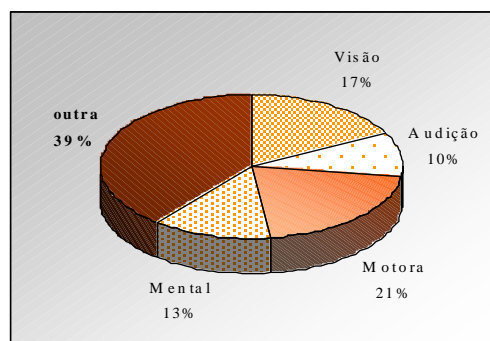


Gráfico F2: Principais tipos de deficiências



Das incapacidades físicas e mentais devidamente diagnosticadas destacam-se as deficiências motoras (21% dos casos) que proporcionalmente afectam um maior número de crianças do meio rural, as mais velhas (15-17anos) e do sexo masculino (tabela F1, em anexo A8); 17% das crianças - em particular as que vivem nos agregados do tipo conjugal - sofrem problemas de visão.

É importante realçar que o grupo designado outras deficiências, engloba o maior número de casos de deficientes (39%); esta dose de imprecisão constitui obviamente um handicap para a avaliação e percepção exacta do tema em destaque.

CONCLUSÃO

A ideia de que STP é um país bastante jovem encontra o seu fundamento precisamente no facto de mais de metade da sua população (55%) ser constituída por crianças e adolescentes de menos de 18 anos. Trata-se neste caso de uma população composta de uma ligeira maioria (51%) de rapazes, de idade compreendida entre os 5-14 anos, vivendo sobretudo no meio urbano (53%). Entretanto, neste último, as raparigas, em particular as mais velhas, são proporcionalmente mais numerosas, observando-se o inverso nos distritos de Mé-Zóchi, Catangalo e sobretudo Lembá e Lobata. Assim os distritos e, sobretudo, o meio de residência, o sexo e a idade aparecem como discriminantes importantes na caracterização das crianças santomenses, em particular, no que toca ao contexto familiar em que elas vivem.

Os dados analisados põem assim em destaque que em São Tomé e Príncipe cerca de 3 crianças sobre 5, em particular as da faixa etária de 1-4 anos, vivem em agregados familiares do tipo parental. Os agregados com 5 ou mais crianças são relativamente raros e se opõem aos que possuem 1 ou 2 crianças (37%); entretanto é no meio rural onde se vê com maior frequência estes dois tipos de famílias (gráfico B1-a.4). É também no meio rural onde se encontra o maior número de crianças vivendo em agregados de nível de conforto baixo, facto que, ao nível do país, afecta 44% das famílias em destaque; assim apenas 12,5% dentre elas vivem em situação de conforto considerado de *alto*. Tratando-se do nível de instrução, observa-se uma alta taxa de alfabetização dos chefes dos agregados em que vivem as crianças santomenses, não obstante o facto do ensino primário ser o nível de instrução mais citado (45,9%). Em contrapartida, no que toca às crianças, não parece ser exagero falar de uma certa degradação no domínio da escolarização, pois regista-se uma taxa de frequência escolar global relativamente baixa (45%); nota-se entretanto que a não frequência ou abandono escolar afecta muito particularmente as crianças dos 13-17 anos do meio rural, vivendo em agregados de nível de conforto baixo, que por razões evidentes vão à procura do trabalho no meio urbano. Trata-se de um facto bem patente e os dados analisados confirmam que o trabalho infantil (mais de 35 horas por semana) - que concerne 8,3% de menores de 10-17 anos - afecta particularmente os rapazes dos 15-17 anos que trabalham por conta de outrem no meio urbano; em contrapartida o *trabalho familiar não remunerado* apresenta-se mais como uma prática de *raparigas* e de *menores de 10-14 anos do meio rural*.

No que toca as deficiências das crianças, tudo indica que os problemas de visão, audição e sobretudo as deficiências motoras constituem os principais factores geradores de incapacidade físicas e mentais nas crianças santomenses com menos de 18 anos.